

**TutPrv no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.555.426 - RS  
(2019/0231648-2)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**REQUERENTE : METALURGICA ADAMS LTDA**  
**ADVOGADOS : LELIO PAULO SCHAUREN - RS030128**  
**FÁBIO SONNTAG - RS077667**  
**FELIPE MATEUS HOPPE - RS086617**  
**REQUERIDO : FAZENDA NACIONAL**  
**ADVOGADO : MICHELE DICK E OUTRO(S) - RS062297**

**DESPACHO**

Em petição de fls. 367-371, METALURGICA ADAMS LTDA requer lhe seja concedida tutela de evidência, nos termos do art. 311 do CPC, "deferindo e autorizando a retirada imediata do ICMS destacado da base de cálculo do PIS e da COFINS, tendo em vista a interposição de recursos protelatórios e por já existir tese repetitiva acerca do tema, enquanto não transitar em julgado o presente feito, sendo os valores retroativos à tutela apurados em futura liquidação e compensação administrativa".

De plano, convém transcrever o disposto no artigo 22 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*:

Art. 22. Ao Vice-Presidente incumbe substituir o Presidente nas férias, licenças, ausências e impedimentos eventuais, e sucedê-lo, no caso de vaga, na forma do artigo 18.

§ 1º O Vice-Presidente integra o Plenário e a Corte Especial também nas funções de relator e revisor.

§ 2º Ao Vice-Presidente incumbe, ainda:

I - por delegação do Presidente:

a) **decidir as petições de recursos para o Supremo Tribunal Federal, resolvendo os incidentes que suscitarem;**

b) auxiliar na supervisão e fiscalização dos serviços da Secretaria do Tribunal;

c) (Revogado pela Emenda Regimental n. 10, de 2009)

d) **decidir as matérias previstas no art. 21-E deste Regimento. (Incluído pela Emenda Regimental n. 24, de 2016)**

II - exercer, no Conselho da Justiça Federal, as funções que lhe competirem, de acordo com o Regimento Interno.

De se notar que a atuação desta Vice-Presidência é restrita às hipóteses legais e limita-se à cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Acrescente-se que o presente petição não apresenta incidente relacionado ao recurso extraordinário, mas a outra questão, vinculada ao mérito propriamente dito, cuja competência para analisar por certo não recai sobre este órgão.

À vista disso, conforme já ressaltado, **não há nada a prover na espécie**.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente